



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2025  
PROCESSO Nº 19.11.0040.0038575/2024-21  
ID CidadES Nº 2025.500M1300001.01.0060

**Objeto:** Contratação de empresa especializada em prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com assistência 24 horas e serviço de guincho, cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros – danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, franquia normal obrigatória.

**Critério de julgamento:** MENOR PREÇO

**Forma de Adjudicação:** LOTE

**Modo de disputa:** ABERTO E FECHADO

**Sistema de Registro de Preços:** ☐ Sim ☒ Não

**Licitação exclusiva para ME/EPP:** ☐ Sim ☒ Não

**Amostra/Demonstração?** ☐ Sim ☒ Não

**Sessão Pública de Disputa:** 14h do dia 12/01/2026

**Total estimado da contratação:** R\$ 449.911,74 (quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e onze reais e setenta e quatro centavos) para 12 meses.

**UASG:** 926629 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**OBSERVAÇÕES:** Em caso de eventual diferença entre a(s) especificação(ões) do objeto descritas no “Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)” e as especificações constantes neste edital de pregão eletrônico, prevalecerão as últimas especificações.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90058/2025

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, UASG: 926629, CNPJ nº 02.304.470/0001-74, sediado na Rua Procurador Antônio Benedito Amancio Pereira, 121, Santa Helena, Vitória/ES, CEP: 29.055-036, torna público que realizará licitação na modalidade “Pregão Eletrônico”, pelo critério “Menor Preço” POR LOTE, objetivando a contratação de empresa especializada em prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com assistência 24 horas e serviço de guincho, cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros – danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, franquia normal obrigatória, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça. O pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelas Portarias PGJ nº 102, 103, 105, 108, 109 de 25 de janeiro de 2024, 344 e 348 de 25 de março de 2025, de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O procedimento do Pregão Eletrônico será realizado por meio de sessão pública no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro deste Ministério Público, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 Serão observados as seguintes datas e horários para os procedimentos:

**INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h, do dia 12/01/2026**

1.4 FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA: (Informando o nº da licitação).

**E-mail: [cpl@mpes.mp.br](mailto:cpl@mpes.mp.br)**

**Horário de expediente: Dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 12h às 18h.**

**Os prazos licitatórios ficam suspensos nos feriados e pontos facultativos. Atendem-se aos prazos constantes no edital.**

**PORTARIA PGJ Nº 1468, de 02 de dezembro de 2024** – calendário anual de feriados e pontos facultativos do MPES referente ao exercício de 2025.

1.5 **Local para esclarecimentos às empresas licitantes:** Os pedidos de esclarecimentos quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados **exclusivamente por meio eletrônico**, de acordo com o **art. 43 da Portaria PGJ nº 1.133/2023**, pelo e-mail [cpl@mpes.mp.br](mailto:cpl@mpes.mp.br), dirigido à Comissão Permanente de Licitação – CPL, até o dia **07/01/2026**. Os esclarecimentos prestados à solicitante serão estendidos às demais licitantes adquirentes do Edital, até o dia **09/01/2026**, na forma do item 1.6.

1.5.1 Não serão atendidas solicitações verbais.

1.6 Os esclarecimentos prestados às empresas licitantes, bem como eventuais alterações no edital, estarão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, não podendo as licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos, razão pela qual os interessados devem consultar com frequência a página do certame.

1.7 Constituem **ANEXOS** ao presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Documentos para habilitação.

ANEXO III - Modelo de Proposta.

ANEXO IV – Dados complementares do representante.

ANEXO V - Minuta de Contrato.

1.8 - REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.

## **2 DO OBJETO**

2.1 O presente pregão eletrônico tem por objeto a Contratação de empresa especializada em prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com assistência 24 horas e serviço de guincho, cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros – danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, franquia normal obrigatória, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, **ANEXO I** deste edital.

## **3 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão no seguinte enquadramento orçamentário:

Unidade Orçamentária: 05101 – Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES.

Atividade: 03.122.0048.2020 – Administração da Unidade.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.69 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Seguros em Geral.

Plano Orçamentário: 001702 – Apoio Administrativo.

## **4 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

4.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

4.6.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**4.6.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;**

4.6.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.6.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

4.6.10 Empresas que se encontrem sob falência, em recuperação judicial (Lei nº 11.101), concurso de credores, liquidação ou dissolução;

4.6.10.1 Será aceita a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

4.7 O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9 **É vedada a participação de empresa corretora de seguros,** conforme entendimento do TCU exposto no Informativo n.º 235, de 24 de março de 2015.

4.10 O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

## **5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6 A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.12 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados, até a data e horário estabelecidos.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

**6.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.**

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 O **VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO** da presente contratação é de **R\$ 449.911,74 (quatrocentos e quarenta e nove mil, novecentos e onze reais e setenta e quatro centavos) para 12 meses**, sendo os **VALORES MÁXIMOS ADMISSÍVEIS POR ITEM**, os seguintes:

TABELA DE VEÍCULOS MPES										VALOR DE REFERÊNCIA R\$	
ORDEM	PLACA OFICIAL	MARCA	MODELO	ANO	MOD	COMBUS- TÍVEL	RENAVAN	CHASSI	CLASSE BÔNUS	VALOR DO SEGURO	VALOR FRANQUIA CASCO
1	MTZ 8573	TOYOTA	COROLLA GLI A/T	2011	2012	FLEX	312848528	9BRBL42EXC4700842	11	3.098,29	3.432,48
2	MTZ 8581	TOYOTA	COROLLA GLI 1.8 A/T	2011	2012	FLEX	322651107	9BRBL42E7C4703259	11	3.098,29	3.432,48
3	MTZ 8576	TOYOTA	COROLLA GLI 1 A/T	2011	2012	FLEX	312872640	9BRBL42E1C4701541	11	3.098,29	3.432,48
4	MTZ 8611	TOYOTA	COROLLA GLI A/T	2011	2012	FLEX	332895157	9BRBL42E4C4709018	11	3.098,29	3.432,48
5	MTZ 8613	TOYOTA	COROLLA GLI A/T	2011	2012	FLEX	332893626	9BRBL42E9C4708933	11	3.098,29	3.432,48
6	ODG 5913	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2012	2013	FLEX	463824130	9BRBD48E6D2573136	12	3.333,88	4.350,00
7	ODG 5900	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2012	2013	FLEX	463267125	9BRBD48E2D2572369	12	3.333,88	4.350,00
8	ODG 5901	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2012	2013	FLEX	463267575	9BRBD48E0D2572256	12	3.333,88	4.350,00
9	ODR 3871	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531981495	9BRBD48E0E2610697	10	3.444,37	4.020,94
10	ODR 3873	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531965783	9BRBD48E9E2610665	9	3.444,37	4.020,94
11	ODT 6304	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531698653	9BRBD48E2E2610555	10	3.444,37	4.020,94
12	ODR 8581	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531697630	9BRBD48E0E2609713	10	3.444,37	4.020,94
13	ODR 8580	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531697223	9BRBD48E5E2608752	10	3.444,37	4.020,94
14	ODT 6303	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531698246	9BRBD48E4E2609830	10	3.444,37	4.020,94
15	OVF 8988	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2013	2014	FLEX	575723637	9BD197163E3139301	10	2.877,78	4.300,00
16	OVH 1341	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2013	2014	FLEX	575714220	9BD197163E3139315	10	2.877,78	4.300,00
17	OVF 8994	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2013	2014	FLEX	575708123	9BD197163E3139317	10	2.877,78	4.300,00
18	OVL 9786	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2013	2014	FLEX	598574530	9BD197163E3164560	10	2.877,78	4.300,00
19	OYF 9170	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2014	2014	FLEX	1010158730	9BD197163F3209185	10	2.925,37	4.300,00
20	OYK-7323	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2024	2024	FLEX	1225149115	9BD197163F3221778	10	2.922,61	4.300,00
21	MSL 6150	MOTO	HONDA XR250 TORNADO*	2008	2008	Gasolina	117690252	9C2MD34008R033851	9	2.585,92	2.000,00
22	PPB 5254	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2014	2015	FLEX	1026325983	9BRBDWHEXF0241665	9	3.651,63	5.345,00
23	PPA 7965	GM	CAPTIVA 2.4 4X2	2014	2014	FLEX	1028642706	3GNAL7EK9ES602028	9	3.469,08	4.788,00
24	PPB 5280	TOYOTA	CAMINH.CAB.DUPLA. HILUX 4X4 3.0	2014	2015	DIESEL	1030703270	8AJFY22G2F8020123	8	6.051,03	11.732,00
25	PPE 4173	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2015	2016	FLEX	1052225893	9BRBDWHE0G0271255	7	3.810,46	5.513,00
26	PPO 1426	HUNDAI	CAMINHÃO LEVE HR HDB	2015	2016	DIESEL	1085724155	95PZBN7KPG071768	7	9.466,50	12.470,00
27	PPL 6706	FORD	RANGER SPORT 2.5 CAB. SIMP.	2015	2016	FLEX	1070368595	8AFAR20F0GJ367391	6	5.801,65	8.882,00
28	PPT-4800	TOYOTA	COROLLA XEI AUT	2017	2018	FLEX	1119462450	9BRBD3HE5J0356582	6	4.235,52	6.389,00

29	PPT-4798	TOYOTA	COROLLA XEI AUT	2017	2018	FLEX	1119461224	9BRBD3HE0J0356716	6	4.235,52	6.389,00
30	PPT-4801	TOYOTA	COROLLA XEI AUT	2017	2018	FLEX	1194622859	9BRBD3HE8J0356561	6	4.235,52	6.389,00
31	PPT-4799	TOYOTA	COROLLA XEI AUT	2017	2018	FLEX	1119461631	9BRBD3HE8J0356740	5	4.235,52	6.389,00
32	QRB-8938	GM	PRISMA 1.4 LT	2018	2019	FLEX	1165813464	9BGKS69VOKG120334	5	2.938,94	3.907,00
33	QRB-8949	GM	PRISMA 1.4 LT	2018	2019	FLEX	1168419198	9BGKS69VOKG112982	5	2.938,94	3.907,00
34	QRB-8950	GM	PRISMA 1.4 LT	2018	2019	FLEX	1168434529	9BGKS69VOKG123431	5	2.938,94	3.907,00
35	QRB-8916	FORD	CAMINHÃO 816	2018	2019	DIESEL	1165567650	9BFVEADS6KBS45892	5	11.314,72	21.390,00
36	QRJ2F84	GM	PRISMA 1.4 LT	2019	2019	FLEX	1200085709	9BGKS69VOKG330059	5	2.938,94	3.907,00
37	QRJ2G26	GM	PRISMA 1.4 LT	2019	2019	FLEX	1198967274	9BGKS69VOKG329806	5	2.938,94	3.907,00
38	QRJ2C13	GM	PRISMA 1.4 LT	2019	2019	FLEX	1200085415	9BBKS69VOKG338260	5	2.938,94	3.907,00
39	QRJ2F99	GM	PRISMA 1.4 LT	2019	2019	FLEX	1200086080	9BGKS69VOKG336713	5	2.938,94	3.907,00
40	QRM2G14	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217751820	9BFZH54S6L8452622	5	2.796,75	3.801,00
41	QRM2F43	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217748714	9BFZH54S6L8452619	5	2.796,75	3.801,00
42	QRM2G12	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217750603	9BFZH54S7L8475178	5	2.796,75	3.801,00
43	QRM2G10	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217749214	9BFZH54S2L8452620	5	2.796,75	3.801,00
44	QRM2E82	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217747319	9BFZH54S0L8479038	5	2.751,94	3.801,00
45	QRM2J46	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217746576	9BFZH54S9L8476137	5	2.796,75	3.801,00
46	QRI7G09	FORD	CAMINHÃO 816	2019	2019	DIESEL	1197232300	9BFVEADS7KBS49675	5	11.250,62	21.390,00
47	RQP5J38	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2021	2022	FLEX	1284648793	9BRBY3BE6N4031032	5	5.042,32	6.694,85
48	RQP5J40	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2021	2022	FLEX	1284649307	9BRBY3BE6N4031001	5	5.042,32	6.694,85
49	RQP5I66	FIAT	DUCATO 16 LUGARES	2021	2021	DIESEL	1284614120	3C6EFVFK6ME531721	5	9.476,50	13.502,75
50	SFT0B48	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1333066853	9BRB33BE1P2134730	3	5.214,40	6.502,19
51	SFS9G83	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1332537623	9BRB33BE8P2134322	3	5.214,40	6.502,19
52	SFS8H69	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1332531234	9BRB33BE6P2134495	3	5.214,40	6.502,19
53	SFT1C60	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1333441603	9BRB33BE5P2126999	3	5.214,40	6.502,19
54	SFT1D07	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1333455787	9BRB33BE0P2134458	3	5.214,40	6.502,19
55	SFV8E58	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337931613	9BGEB69H0PG303392	3	3.686,71	5.243,00
56	SFV8E49	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337930242	9BGEB69H0PG284576	3	3.686,71	5.243,00
57	SFV8E61	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337931885	9BGEB69H0PG308835	3	3.686,71	5.243,00
58	SFV8E60	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337931737	9BGEB69H0PG303393	3	3.686,71	5.243,00
59	SFV8E67	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337933071	9BGEB69H0PG304223	3	3.686,71	5.243,00
60	SFV8E52	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337930684	9BGEB69H0PG298559	3	3.686,71	5.243,00
61	SFV8E57	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337931532	9BGEB69H0PG303390	3	3.686,71	5.243,00
62	SFV8E63	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337932016	9BGEB69H0PG303394	3	3.686,71	5.243,00
63	SFV8E64	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337932121	9BGEB69H0PG303395	3	3.686,71	5.243,00
64	SFV8E65	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337932229	9BGEB69H0PG304212	3	3.686,71	5.243,00
65	SFV6J97	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337931222	9BGEB69H0PG303384	3	3.686,71	5.243,00
66	SFV8E48	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337929627	9BGEB69H0PG274788	3	3.686,71	5.243,00
67	SFV8E56	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1337931133	9BGEB69H0PG303353	2	3.724,17	5.243,00
68	SFV9E24	TOYOTA	HILUX SW4	2023	2023	FLEX	1338294285	8AJBA3FS9P0335184	2	11.709,06	14.981,05
69	SFV9E30	TOYOTA	HILUX SW4	2023	2023	FLEX	1338299023	8AJBA3FS2P0334457	2	11.709,06	14.981,05
70	SFV9E31	TOYOTA	HILUX SW4	2023	2023	FLEX	1338299716	8AJBA3FS6P0333943	2	11.709,06	14.981,05
71	SFZ3J47	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1356045755	9BGEB69H0RG161615	2	4.063,67	5.297,95
72	SFZ3I90	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1356002789	9BGEB69H0RG161566	2	4.063,67	5.297,95
73	SGB0I91	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365414679	9BGEB69H0RG115883	2	4.063,67	5.297,95
74	SGB0I89	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365411050	9BGEB69H0RG112605	2	4.063,67	5.297,95
75	SGB0I87	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365410932	9BGEB69H0RG112599	2	4.063,67	5.297,95

76	SGB0I86	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365410878	9BGEB69H0RG108592	2	4.063,67	5.297,95
77	SGB0I85	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365410983	9BGEB69H0RG103711	2	4.063,67	5.297,95
78	SGB0I84	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365413850	9BGEB69H0RG112582	2	4.063,67	5.297,95
79	SGB0I82	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365413672	9BGEB69H0RG108598	2	4.063,67	5.297,95
80	SGB0I81	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365541079	9BGEB69H0RG124172	2	4.063,67	5.297,95
81	SGB0I80	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365411106	9BGEB69H0RG131039	2	4.063,67	5.297,95
82	SGB0I79	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	1365413060	9BGEB69H0RG108596	2	4.336,08	5.297,95
83	SGC7B21	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1372114693	9BRB33BE4R2178210	2	5.337,38	6.309,20
84	SGC7B22	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1372114723	9BRB33BEXR2178342	2	5.337,38	6.309,20
85	SGC7B23	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1372114766	9BRB33BE8R2178274	2	5.337,38	6.309,20
86	SGC7C27	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	1372114812	9BRB33BEXR2178275	2	5.473,66	6.721,20
87	SGM4D19	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	1425188688	9BRB33BE4R2213828	1	5.949,11	7.140,53
88	SGM4D25	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	1425188157	9BRB33BE0R2213857	1	5.949,11	7.140,53
89	SGM4D30	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	1425189226	9BRB33BE9R2213839	1	5.949,11	7.140,53
90	SGM5I51	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	1425805822	9BRB33BE0R2215768	1	5.949,11	7.140,53
91	SGM5I53	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	1425805911	9BRB33BE8R2213833	1	5.949,11	7.140,53
92	SGM5I54	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	1425806012	9BRB33BEXR2213848	1	6.030,84	7.620,20
93		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX				6.619,62	8.371,97
94		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX				6.619,62	8.371,97
95		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX				6.619,62	8.371,97
96		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX				6.619,62	8.371,97
97		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX				6.619,62	8.371,97
98		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX				6.619,62	8.371,97
VALOR TOTAL DO LOTE										449.911,74	

**6.8.1 A proposta registrada no sistema deverá considerar o VALOR TOTAL DO LOTE.**

**6.8.2 Para facilitar a disputa, será lançado no sistema apenas UM ITEM englobando o VALOR TOTAL DO LOTE. Após a disputa, deverá ser encaminhada proposta contemplando todos os itens, conforme Anexo III do Edital.**

**6.8.3 OS VALORES UNITÁRIOS NÃO PODERÃO ULTRAPASSAR OS INFORMADOS NESTE ITEM.**

**6.8.4 A ADMINISTRAÇÃO NÃO CONTRATARÁ VALORES SUPERIORES AO ESTIMADO CONSTANTE NO EDITAL.**

**6.8.5 Havendo divergências entre as especificações do código CATMAT e as do Edital, prevalecerão as do Edital.**

**6.9 A proposta somente poderá conter duas casas decimais.**

## **7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.**

**7.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.**

**7.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.**

**7.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor TOTAL DO(S) LOTE(S).**

**7.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.**

7.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.8 Considerando que será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.8.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.8.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.14 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.14.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.14.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.14.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.14.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.15 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.15.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021. Quando todos os critérios estabelecidos no art. 60 da lei 14.133/2021 tiverem sido aplicados e o empate permanecer, o sistema compras.gov realizará o sorteio para desempate.

7.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.



7.16.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.16.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.16.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.16.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **04 (quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **com valor unitário e total dos ITENS do(s) LOTE(S), marca e modelo, quando couber, conforme Anexo III** e Dados Complementares, Anexo IV deste Edital, e acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.16.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.16.6 Após o prazo de 04 horas, caso o licitante com a proposta melhor classificada não tenha encaminhado os documentos, o pregoeiro encerrará a convocação, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar os mesmos e, conseqüentemente, sua proposta será DESCLASSIFICADA.

7.16.7 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8 DA FASE DE JULGAMENTO**

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**8.3 Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.**

8.4 - O Pregoeiro poderá fixar prazo para o reenvio do anexo contendo a proposta detalhada quando o preço ofertado for aceitável e houver necessidade de ajustes para adequar a propostas aos requisitos exigidos neste edital e seus anexos.

8.5 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

8.5.1 conter vícios insanáveis;

8.5.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.5.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.6 Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.7 Após a verificação das condições dos itens antecedentes, a proposta e os documentos de habilitação serão apreciados, com auxílio do setor técnico demandante e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

## **9 DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, Anexo I e nas Exigências para Habilitação, Anexo II deste Edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Os documentos apresentados para habilitação **deverão estar** em nome da empresa licitante e com indicação do número do **CNPJ e endereço**.

9.3 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.3.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**9.4 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.**

9.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.5 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

9.7 Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

9.8 Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

## **10 DOS RECURSOS**

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do sistema de processo eletrônico do MPES ( <https://sei.mpes.mp.br>) ou por solicitação através do e-mail da Comissão Permanente de Licitação: [cpl@mpes.mp.br](mailto:cpl@mpes.mp.br).

## **11 DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

11.2 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.2.1 Considerando a adoção do processo eletrônico sei! ( <https://sei.mpes.mp.br>), a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no sei! ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

11.2.2 Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

11.3 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

11.4 Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

11.5 Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

## **12 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

12.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

12.1.2.4 deixar de apresentar amostra, quando solicitado;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;

12.2 Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.

12.3 O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:

12.3.1 advertência;

12.3.2 multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;

12.3.3 impedimento de licitar e contratar; e

12.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.

12.6 As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato ou no Termo de Referência.

### **13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame (até 00/00/25).

13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, enviadas para o e-mail **cpl@mpes.mp.br, tornando-se efetiva com a confirmação por meio de e-mail encaminhado pela CPL atestando o recebimento**. Somente serão aceitas impugnações assinadas pelo(s) impugnante(s).

13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5 Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente – Ordenadora da Despesa – a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.

13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13.7 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

### **14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Ministério Público - ES publicará o extrato da homologação da licitação, no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (DIMPES).

14.11 Os casos omissos serão decididos pela Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes das Legislações citadas neste edital.

14.12 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculada a Pregoeiro.

14.13 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.mpes.mp.br** no *menu* “Licitações”, na opção “Pregão Eletrônico”.

**Eduardo da Silva Kruger**  
**Pregoeiro CPL/MPES**

**Elda Márcia Moraes Spedo**  
**Subprocuradora-Geral de Justiça**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2025**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO DE VEÍCULOS**

## **1 - OBJETO**

Contratação de empresa especializada em prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com assistência 24 horas e serviço de guincho, cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros – danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, franquia normal obrigatória, conforme as especificações deste Termo de Referência.

Os veículos a serem segurados encontram-se listados no Anexo Único deste Termo de Referência.

## **1.2. Caracterização do objeto como comum**

1.2. Os materiais/bens ora propostos / Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

## **1.3. Divisão em lotes**

1.3.1 O objeto é composto de um único item, não sendo passível a divisão do mesmo em lotes. Tendo em vista que o parcelamento do objeto acarretaria perda da economia de escala, conforme pormenorizado no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste termo de referência, o objeto será composto de lote único.

## **1.4. Definição dos quantitativos**

1.4.1. Os quantitativos todos os 98 (noventa e oito) veículos que possui a frota do MP-ES, conforme descrito neste Termo de Referência no Anexo Único.

## **1.5. Prazo de vigência**

1.5.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

1.5.2. O prazo de vigência do contrato (Apólice) será de 12 (doze) meses, **a partir das 00:00 horas do dia 17 de fevereiro de 2026 às 23:59 horas do dia 16 de fevereiro de 2027**, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021,, o **prazo de vigência da apólice será idêntico à vigência contratual**.

## **1.6. Adesão à ata por outros órgãos**

1.6.1. Não se aplica.

## **1.7. Participação de consórcio de empresas**

1.7.1. Não será permitida a participação de consórcio de empresas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Estadual nº 618/2012, Decreto Estadual nº 2.458-R/2010 e Resolução nº 051 de 25 de julho de 2014 (DOE 28 de julho de 2014).

2.2. A fundamentação e a descrição da necessidade da Contratação encontram-se pormenorizadas em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.3. Contratação de empresa especializada em prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com assistência 24 horas e serviço de guincho, cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros – danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, franquia normal obrigatória.

2.4. Fica vedada a participação de empresas corretoras de seguros, conforme o entendimento do TCU, exporto no Informativo 235, de 24/03/2015.

2.5. O não atendimento da necessidade poderá ocasionar a curto e longo prazo os seguintes prejuízos à instituição: falta de veículos segurado, para realização os deslocamentos de Membras (os), para cumprir suas agendas institucionais e realizar as demandas administrativas, da Unidade do MP-ES, tanto na Grande Vitória e no interior do estado.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### **4.1. Requisitos de sustentabilidade:**

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade foram inseridos na descrição do objeto.

##### **4.2. Requisitos relacionados a Subcontratação do objeto:**

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### **4.3. Requisitos de Garantia Contratual:**

4.3.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato..

##### **4.4. Requisitos Obrigacionais**

###### **4.4.1. Obrigações da Contratante**

4.4.1. Indicar servidor para exercer a função de gestor do Contrato, incumbido de prestar todas as orientações, esclarecimentos, informações, bem como zelar pela implementação e manutenção das condições adequadas a que os serviços possam ser realizados dentro das normas estabelecidas neste Termo de Referência;

4.4.2. O gestor do contrato acompanhará os serviços de forma global, especialmente quanto a sua qualidade, quantidade e efetividade, em relação ao objeto contratado;

4.4.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

4.4.4. O Contratante poderá indicar um ou mais fiscais, que auxiliarão o gestor na fiscalização e execução do contrato;

4.4.5. Cumprir as condições de pagamento estabelecidas no contrato;

4.4.6. Rejeitar os serviços que não atendam aos requisitos constantes às especificações do Termo de Referência, notificando a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993;

4.4.7. Notificar a licitante vencedora, por escrito, a ocorrência de irregularidade ou incompatibilidade do serviço prestado com as condições e especificações do presente Termo de Referência, ou, ainda, infringência de quaisquer disposições legais, regulamentares ou contratuais, bem como inadequação de produtos e serviços aos fins a que se destinam, para efeito de reparo, correção, remoção, substituição, ajustamento de conduta e eventual aplicação das sanções cabíveis;

4.4.8. Permitir livre acesso dos empregados identificados pela Contratada para comunicação com o Contratante;

4.4.9. O MP-ES se reserva ao direito de, a qualquer tempo, exigir o afastamento do estabelecimento credenciado pela Contratada, uma vez que constatado o não atendimento das condições exigidas ou incompatível com a função atribuída;

4.4.10. Pagar à CONTRATADA o preço estabelecido, nos termos do Contrato;

4.4.11. Efetuar os pagamentos das notas faturas apresentadas pela CONTRATADA, conforme o prazo e as condições estabelecidos no presente instrumento, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela mesma;

4.4.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, por um representante especialmente designado pela autoridade competente do MPES, nos termos dos artigos 58 e 67 da Lei 8.666/1993 e suas alterações;

#### **4.4.2. Obrigações da Contratada**

4.4.2.1. Realizar a prestação dos serviços de acordo com o objeto do presente termo de referência;

4.4.2.2. Atender o quantitativo estimado de veículos constante da frota do MP-ES ANEXO ÚNICO, assim como atender os veículos que vierem a ser adquiridos ou colocados à disposição desta Instituição;

4.4.2.3. A empresa vencedora deverá disponibilizar um representante que possa sanar as dúvidas e problemas que vem ocorrendo, para prestar esclarecimentos e atender *in loco* às solicitações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

4.4.2.4. A empresa vencedora deverá disponibilizar uma central de atendimento;

4.4.2.5. Zelar pelo sigilo das informações da CONTRATANTE, a que tenha acesso em decorrência da relação contratual, observando as regras de segurança de informação desta Instituição;

4.4.2.6. Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações para comprovação, sempre que necessário, com o Contratante;

4.4.2.7. Manter os empregados sujeitos às normas disciplinares do Contratante, porém sem qualquer vínculo empregatício com esta, cabendo à Contratada todos os encargos e obrigações trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e de transporte resultantes da execução do Contrato;

4.4.2.8. Manter, por tempo indeterminado ou até autorização em contrário do MP-ES, a devida confidencialidade, requerida ou não, de quaisquer dados e/ou informações pertencentes ao Órgão ou por ele tratados ou custodiados e aos quais a Contratada e seus representantes terão acesso ou conhecimento, incluindo aqueles relativos aos negócios existentes ou em desenvolvimento pelas partes, seja verbalmente, por escrito ou visualmente (inclusive mantendo sigilo interno, quando aplicável, necessário ou solicitado), não os comercializando, reproduzindo, cedendo ou divulgando para pessoas não autorizadas a acessá-los ou conhecê-los, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, sejam quais forem as formas ou os meios utilizados – exceto quando necessário, justificável e autorizado pelo MP-ES;

4.4.2.9. Atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer notificações do MPES, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer obrigação contratual, acatando as exigências do CONTRATANTE, sujeitando-se a sua ampla fiscalização, nos termos dos artigos 58 e 67 da Lei Federal nº 14.133/2021, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

4.4.2.10. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados aos veículos e a outros bens de propriedade do MP-ES, desde que, comprovadamente, tenham ocorrido quando da prestação dos serviços;

4.4.2.11. A ação do Fiscal e/ou Gestor do Contrato não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, até mesmo perante terceiros, por qualquer irregularidade, inclusive resultante de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos;

4.4.2.12. A empresa vencedora deverá disponibilizar um preposto para resolver tudo sobre o contrato,

4.4.2.13. Comunicar ao gestor do contrato da CONTRATANTE, por escrito e verbalmente, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a afetar o andamento dos trabalhos e prestar os devidos esclarecimentos que lhes julgar necessários;

4.4.2.14. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e decréscimos que se fizerem necessários ao atendimento da necessidade do CONTRATANTE, nos termos do artigo 65, caput, incisos e parágrafos da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.4.2.15. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quanto da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

4.4.2.16. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica;

4.4.2.17. Responder por todos os ônus, encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, seguros, contribuições e indenizações decorrentes da regular prestação dos serviços;

4.4.2.18. Não disponibilizar empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

4.4.2.19. Indicar, no início da execução contratual, preposto, aceito pela administração, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato.



## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com assistência 24 horas e serviço de guincho, cobertura abrangente (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros – danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, franquia normal obrigatória, , conforme as especificações deste Termo de Referência.

### 5.2 - REGIME DE EXECUÇÃO E PRODUTOS A SEREM ENTREGUES

5.2.1. Do valor de mercado referenciado:

5.2.2. Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base em 100% (cem por cento) do valor divulgado pela FIPE, (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), divulgada pelo *site* [www.fipe.org.br](http://www.fipe.org.br).

5.2.3. Em se tratando de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro (veículos com uso inferior a 90 dias, contados a partir de seu recebimento) o valor será determinado com base no valor do veículo novo, independente da quilometragem rodada no período. Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.

5.2.4. As propostas deverão contemplar a modalidade de “**franquia normal obrigatória**”, para as ocorrências de colisão, incêndio e roubo, (todos sem perfil definido), assistência 24 horas e cobertura para vidros e retrovisores.

### 5.3. DA APÓLICE

5.3.1. O âmbito territorial da cobertura será todo o território nacional, sem aplicações de qualquer franquia quilométrica ou taxa extra para os serviços de cobertura, de guincho ou reboque e, com assistência ilimitada, 7 (sete) dias por semana, 24 (vinte e quatro) horas por dia;

5.3.3. A emissão da apólice não gerará custos adicionais ao Contratante e deverá resultar em uma única apólice, a ser entregue no Ministério Público do Estado do Espírito Santo (A/C do Serviço de Transporte – Rua Procurador Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 350, Ed. Promotor Edson Machado, Bairro Santa Helena, Vitória/ES – CEP: 29 050-265);

5.3.4. A Seguradora deverá entregar a apólice ao MP-ES no prazo máximo de até 10 (dez) dias a contar da assinatura do Contrato;

5.3.5. A apólice emitida para os veículos constantes no Anexo Único deverá conter as seguintes informações:

- 1 - Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;
- 2 - Indicação da tabela de referência e seus respectivos veículos de publicação;
- 3 - Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. Mínimo de 100%;
- 4 - Prêmios discriminados por cobertura;
- 5 - Limites de indenização por cobertura, conforme valores:

I. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

I.a) Valor para indenização de danos materiais: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais);

I.b) Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

I.c) Valor para indenização de danos morais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

II. Acidente por Passageiro (APP):

II.a) Valor para indenização, morte, por pessoa: 100.000,00 (cem mil reais);

II.b) Valor para indenização, invalidez, por pessoa: 100.000,00 (cem mil reais).

III.c) **Cobertura completa dos vidros** incluindo para-brisa, lanterna, farol e retrovisores para todos os veículos, com isenção de franquia para estes itens.

5.3.6. O fato de a seguradora deixar de entregar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos neste contrato, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos, bem como a aplicação das penas previstas em lei.

#### **5.4. DA AVARIA**

5.4.1. Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, não será impeditivo para contratação sendo, porém, excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial;

5.4.2. Após procedimento de recuperação pelo CONTRATANTE durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria';

5.4.3. Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral;

5.4.4. Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, prevista neste Termo de Referência, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste instrumento.

#### **5.5. DO ENDOSSO**

5.5. 1. Quaisquer alterações, tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos na apólice poderão ser solicitadas pelo CONTRATANTE e processadas pela CONTRATADA, mediante endosso, aplicando-se as regras constantes nesse Termo de Referência;

5.5.2. Poderá ser solicitado, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades apresentadas, referentes ao objeto deste contrato, durante o seu período da vigência;

5.5.3. A emissão do Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pelo Serviço de Transporte – STRA;

5.5.4. A emissão de endosso será precedida de assinatura de termo aditivo.

#### **5.6. DA FRANQUIA**

5.6.1. A franquia considerada é a normal obrigatória;

5.6.2. Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, desastres ambientais e fenômenos da natureza;

5.6.3. Não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).

#### **5.7. DOS SINISTROS**

5.7.1 Dos Riscos Cobertos: “SEGURO TOTAL”. O seguro deverá cobrir os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a concessionária ou empresa credenciada indicada pela seguradora (desde que aprovada e autorizada pelo MP-ES) e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, em todo o território nacional, conforme segue:

1. Roubo ou furto, bem como os danos causados por tentativa de roubo ou furto, incluindo os vidros;
2. Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento;
3. Raios e suas consequências;
4. Incêndios e explosões, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros;

5. Quedas em precipícios ou de pontes e quedas de agentes externos sobre o veículo;
6. Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo;
7. Granizo;
8. Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas, neste caso, indenizações por danos materiais ou pessoais causados a terceiros;
9. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Pessoais).
10. Vidros e retrovisores dos veículos.

5.7.2. Cobertura adicional de assistência ilimitada, 24 horas por dia, com os seguintes serviços mínimos:

1. Reboque/guincho ou transporte do veículo segurado em caso de acidente, pane mecânica ou elétrica, até à concessionária ou empresa credenciada indicada pela seguradora;
2. Transporte da(s) pessoa(s) segurada(s) por imobilização do veículo segurado;
3. Transporte da(s) pessoa(s) segurada(s) por roubo ou furto do veículo.

## **5.8. DO AVISO DE SINISTRO**

- 5.8.1. A CONTRATADA deverá colocar à disposição do Contratante, 24 horas por dia, durante 07 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;
- 5.8.2. A central poderá funcionar por e-mail, telefone, fax ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional;
- 5.8.3. Após o registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a Contratada terá, no máximo, 05 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado;
- 5.8.4. Havendo a necessidade de reboque, a Contratada deverá atender em um prazo máximo de 02 (duas) horas, após o aviso do sinistro.

## **5.9. REGULAÇÃO DE SINISTRO**

- 5.9.1. Ocorrendo sinistro, a Contratada deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura;
- 5.9.2. Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da Contratada, o Contratante poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a Contratada arcar integralmente com o ônus da execução;
- 5.9.3. Não será fixado prazo para comunicação de sinistro, podendo ser realizado a critério do Contratante;
- 5.9.4. Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática, sem cobrança de prêmio adicional;
- 5.9.5. Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da concessionária ou empresa credenciada ficará a cargo da Contratada, desde que aprovada e autorizada pelo MP-ES. Caso o MP-ES não autorize realizar o serviço no local indicado pela Contratada, o Contratante indicará novo local, não cabendo à Contratada quaisquer impedimentos para liberação da execução do serviço;
- 5.9.6. Nos casos de reposição de peça, estas devem ser novas e originais;
- 5.9.7. O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro NÃO poderá ser superior a 30 (trinta) dias corridos do aviso de sinistro.

### 5.10. DA VISTORIA PRÉVIA E FACULTATIVA

As empresas interessadas em vistoriar os veículos a serem assegurados poderão comparecer ao MP-ES, nos locais abaixo relacionados:

LOCALIZAÇÃO	ENDEREÇO
Alegre	Av. Oscar de Almeida Gama, nº 72, Centro – Alegre -ES- CEP.29.500-000
Apiacá	Rua Jader Pinto, nº 82, bairro Boa Vista- Apiacá -ES- CEP.29.450-000
Cachoeiro de Itapemirim	Rua José de Lima Mothé 16, Independência, Cachoeiro de Itapemirim - ES CEP: 29306-334
Colatina	Praça Sol Poente, Esplanada, Colatina - ES CEP: 29702-710
Aracruz	Rua Osório da Silva Rocha, Centro, Aracruz - ES CEP: 29190-256
Barra de São Francisco	Rua Vereador Vantuil Fagundes Rodrigues 141, Centro, Barra de São Francisco - ES CEP: 29800-000
Cariacica	Rua São João Batista, Trevo de Alto Laje, Cariacica - ES CEP: 29151-230
Guarapari	Alameda Francisco Vieira Simões, Muquiçaba, Guarapari - ES CEP: 29214-110
Linhares	Rua Argemiro Garcia Duarte 818, Três Barras, Linhares - ES CEP: 29907-260
Itapemirim	Rua Ivan Ferreira Muqui, Serramar, Itapemirim - ES CEP: 29330-000
Nova Venécia	Rua Salvador Cardoso 106, Centro, Nova Venécia - ES CEP: 29830-000
Santa Teresa	Av. Maria Angélica Vervloet dos Santos, nº 358, Bairro Canaã -Santa Teresa- ES- CEP 29.650-000
São Mateus	Av. João Nardoto 39, Jaqueline, São Mateus - ES CEP: 29936-160
Serra	Av. Getulio Vargas 295, Centro, Serra - ES CEP: 29176-090
Serra	Av. Desembargador Mário da Silva Nunes, nº 1420, Sala 302, Jardim Limoeiro, Serra/ES – CEP: 29164-044
Venda Nova do Imigrante	Rua Dom João Batista, nº Vila Betânia, Venda Nova do Imigrante- ES- CEP. 29.375-000

Viana	Rua Governador Rubim 175, Centro, Viana - ES CEP: 29130-148
Vila Velha	Rua Coronel Mascarenhas, 100, Prainha, Vila Velha – ES – CEP 29.100-220 - Tel: 27.31494600
Vila Velha	Rua Luiza Grinalda 377, Prainha, Vila Velha/ES - cep 29.100-240
Vila Velha	Rua Antônio Ataíde 515, Centro, Vila Velha - ES CEP: 29100-295
Vila Velha	Rua Doutor Annor da Silva, s/n, Boa vista II, Vila Velha/ES – CEP: 29107-355
Vitória	Rua Raulino Gonçalves 190, Enseada do Suá, Vitória - ES CEP: 29050-405
Vitória	Rua Judith Maria Tovar Varejão, nº 326, Ed. Island Office - Bairro Praia do Sua, Vitória - ES CEP: 29050-360
Vitória	Av. Maruípe 2544, Bloco B, Casa do Cidadão, Itararé, Vitória - ES CEP: 29047-495
Vitória	Rua Desembargador Homero Mafra, s/n, Enseada do Suá, Vitória - ES - CEP: 29050-275

A vistoria dos veículos deverá ser marcada junto ao pregoeiro e só poderá acontecer até o último dia útil que antecede a data de início do certame, tendo em vista a natureza do objeto da presente contratação e as especificidades de cada automóvel que servem de base para a completa formulação das propostas de preço por parte dos licitantes. Após esse prazo, dar-se-á, por todos os concorrentes, o aceite das condições em que se encontram os veículos a serem assegurados;

Ressaltamos, que não poderá ser agendada mais de uma vistoria no mesmo horário.

O fato de a seguradora deixar de realizar a vistoria, ora prevista, não motiva descumprir as obrigações pertinentes a esse objeto, inclusive quanto à cobertura dos equipamentos instalados nos veículos.

## **5.11. DA INDENIZAÇÃO**

5.11.1. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro correrão, obrigatoriamente, por conta da Contratada;

5.11.2. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da Contratada;

## **5.12. DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL**

5.12.1. Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado;

5.12.2. Em caso de indenização integral, a Contratada não poderá deduzir do valor referenciado valores concernentes a avarias previamente constatadas;

5.12.3. Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados do(a) Procurador(a)-Geral de Justiça e da sociedade seguradora.

### **5.13. DA INCLUSÃO E SUBSTITUIÇÃO**

5.13.1. Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s) durante o período da vigência deste contrato, a empresa deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou este contrato;

5.13.2. Em caso de veículos a serem substituídos, cujo valor do prêmio for menor que o prêmio anteriormente contratado, a Contratada deverá realizar a devolução da diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer. A devolução deverá ser realizada mediante emissão de cheque administrativo ao MP-ES.

### **5.14. DA EXCLUSÃO**

5.14.1. Durante o período de vigência do contrato, havendo a necessidade de exclusão de veículo(s), a empresa deverá efetuar o cálculo, pela aritmética simples, do valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante à fórmula:

$X \div 12 = Y$  e  $Y \times Z = VT$  onde:

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término do contrato;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

5.14.2. O valor de Z, número de meses restantes para o término do contrato, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Serviço de Transportes do MP-ES à operadora do referido seguro. Esta comunicação poderá ser realizada através de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento;

5.14.3. Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias;

5.14.4. A devolução encontrada no resultado de VT deverá ser realizada mediante emissão de cheque administrativo ao MP-ES no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da comunicação realizada pelo Serviço de Transporte à Contratada;

5.14.5. A exclusão ou inclusão será precedida de assinatura de termo aditivo.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**6.2.** As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**6.3.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**6.4.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **6.5. Atribuições dos gestores e fiscais do contrato**

Não se aplica.

## **6.6. Atribuições do Fiscal Técnico**

Não se aplica.

## **6.7. Atribuições do Fiscal Administrativo**

Não se aplica.

## **6.8. Atribuições do Gestor do Contrato**

6.8.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.8.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.8.4. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.8.5. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.8.6. Caso não tenha sido designado fiscais para o contrato as atribuições a eles relacionadas serão realizadas pelo gestor do contrato.

## **6.9. Preposto da Contratada**

6.9.1. A empresa vencedora deverá disponibilizar um representante que possa sanar as dúvidas e problemas que vem ocorrendo, para prestar esclarecimentos e atender *in loco* às solicitações que porventura surgirem durante a execução do contrato;

6.9.2. Indicar, no início da execução contratual, preposto, aceito pela administração, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **7.1. Do recebimento**

7.1.1. Os serviços serão recebidos pelo gestor do contrato, no ato da entrega realizada pela empresa contratada, mediante a ordem de serviço detalhada, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

7.1.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem incorreções resultantes da execução empregados, cabendo à fiscalização não atestar a ordem de serviço até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas nos serviços prestados.

7.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.4. Para efeito, ao final de cada período de faturamento, o gestor do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos.

7.1.5. .Enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.1.6. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela empresa contratada e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.1.7. O recebimento dos serviços não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e qualidade do material ou pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.8. O gesto do contrato não efetuará o ateste das ordens de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento do serviços. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

#### **7.4. Da Liquidação**

7.4.1. Recebida a Nota Fiscal, Fatura ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.4.1.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4.2. Para fins de liquidação, o gestor deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão da fatura;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;



e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis;

g) número de fatura;

h) data de vencimento da fatura;

i) descrição na fatura;

7.4.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.4.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.4.5. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.4.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.7. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.4.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **7.5. Prazo de pagamento**

7.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.5.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, nos termos estabelecidos pela minuta de contrato.

7.5.3. Nas notas fiscais deverão constar o seguinte endereço: Ministério Público do Estado do Espírito Santo, Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121, Bairro Santa Helena - Ed. Promotor Edson Machado - Vitória - ES - CEP: 29055-036;

7.5.4. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada nota fiscal devida, a ser revisto e aprovado pelo Contratante, juntando-se à respectiva discriminação dos serviços efetuados, o memorial do cálculo;

7.5.5. A Contratada deverá apresentar, em conjunto com as faturas, os seguintes documentos:

- Retenção Tributárias, (distinguindo cada tipo de serviço/seus dados cadastrais e informando os tributos e respectiva alíquota aplicável em cada transação).
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Pública Estadual da sede da Contratada;

- Certidão Negativa de Débito para com a Fazenda Pública do Estado do Espírito Santo;
- Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais da sede da Contratada;
- Certidão Negativa de Débito Trabalhista;

7.5.6. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal ou fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo de pagamento será contado a partir da data de apresentação da nova Nota Fiscal ou fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pelo Contratante;

## **7.6. Forma de pagamento**

7.6.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.6.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **7.7. Do reajuste**

7.7.1. Para efeito de reajuste, será considerado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), divulgado pelo IBGE.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **8.2. Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### 8.2.1. Habilitação jurídica

8.2.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.2.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.2.1.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.2.1.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.2.1.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### 8.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital/Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital/Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital/Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.2.2.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **8.3. Qualificação Econômico-Financeira.**

8.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.3.3. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

8.3.4. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

8.3.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.3.6. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.3.7. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **8.4. Qualificação Técnica**

8.4.1. Declaração de capacidade técnica, emitida por pessoa jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando ter fornecido produtos similares com o objeto da presente licitação.

8.4.1.1. O atestado deve ser emitido em papel timbrado da empresa contratante, assinado por seu representante legal, discriminando o teor da contratação e os dados da empresa contratada.

8.4.1.2. O MPES poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes no documento apresentado, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.

8.4.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.4.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1. O valor da contratação será ser estimado com base na Portaria MPES n.º 2.777 de 16 de março de 2018.

#### **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Registra-se que os recursos necessários para a contratação foram consignados no Planejamento Orçamentário da CADM-Coordenação Administrativa, para o ano de 2026 no MPES,

Atividade: 03.122.0048.2020 - Administração da Unidade,

Elementos de despesa: 3.3.90.30.00 -Material de Consumo e 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

#### **11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Caso a CONTRATANTE, por meio de apuração em procedimento administrativo e resguardados os direitos da ampla defesa e do contraditório, conclua ter havido cometimento de atrasos ou irregularidades na execução contratual por parte da CONTRATADA, serão aplicadas as penalidades de multa moratória conforme especificado abaixo, sem prejuízo das demais penalidades previstas na minuta de contrato e legislação correlata.

##### **11.1. Multa:**

(1) moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.

11.2. A aplicação de quaisquer penalidades não exime a CONTRATADA da obrigação de efetuar, sempre que possível, as correções necessárias na prestação dos serviços.

## ANEXO UNICO

TABELA COM OS DADOS DOS VEÍCULOS

ORDEM	PLACA OFICIAL	MARCA	MODELO	ANO	MOD	COMBUS-TÍVEL	RENAVAN	CHASSI	CLASSE BÔNUS
1	MTZ 8573	TOYOTA	COROLLA GLI A/T	2011	2012	FLEX	312848528	9BRBL42EXC4700842	11
2	MTZ 8581	TOYOTA	COROLLA GLI 1.8 A/T	2011	2012	FLEX	322651107	9BRBL42E7C4703259	11
3	MTZ 8576	TOYOTA	COROLLA GLI 1 A/T	2011	2012	FLEX	312872640	9BRBL42E1C4701541	11
4	MTZ 8611	TOYOTA	COROLLA GLI A/T	2011	2012	FLEX	332895157	9BRBL42E4C4709018	11
5	MTZ 8613	TOYOTA	COROLLA GLI A/T	2011	2012	FLEX	332893626	9BRBL42E9C4708933	11
6	ODG 5913	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2012	2013	FLEX	463824130	9BRBD48E6D2573136	12
7	ODG 5900	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2012	2013	FLEX	463267125	9BRBD48E2D2572369	12
8	ODG 5901	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2012	2013	FLEX	463267575	9BRBD48E0D2572256	12
9	ODR 3871	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531981495	9BRBD48E0E2610697	10
10	ODR 3873	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531965783	9BRBD48E9E2610665	9
11	ODT 6304	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531698653	9BRBD48E2E2610555	10
12	ODR 8581	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531697630	9BRBD48E0E2609713	10
13	ODR 8580	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531697223	9BRBD48E5E2608752	10
14	ODT 6303	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2013	2014	FLEX	531698246	9BRBD48E4E2609830	10
15	OVF 8988	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2013	2014	FLEX	575723637	9BD197163E3139301	10

16	OVH 1341	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2013	2014	FLEX	575714220	9BD197163E3139315	10
17	OVF 8994	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2013	2014	FLEX	575708123	9BD197163E3139317	10
18	OVL 9786	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2013	2014	FLEX	598574530	9BD197163E3164560	10
19	OYF 9170	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2014	2014	FLEX	1010158730	9BD197163F3209185	10
20	OYK-7323	FIAT	GRAN SIENA ESSENCE 1.6	2024	2024	FLEX	01225149115	9BD197163F3221778	10
21	MSL 6150	MOTO	HONDA XR250 TORNADO*	2008	2008	Gasolina	117690252	9C2MD34008R033851	9
22	PPB 5254	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2014	2015	FLEX	1026325983	9BRBDWHEXFO241665	9
23	PPA 7965	GM	CAPTIVA 2.4 4X2	2014	2014	FLEX	1028642706	3GNAL7EK9ES602028	9
24	PPB 5280	TOYOTA	CAMINH.CAB.DUPLA. HILUX 4X4 3.0	2014	2015	DIESEL	1030703270	8AJFY22G2F8020123	8
25	PPE 4173	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0	2015	2016	FLEX	1052225893	9BRBDWHE0G0271255	7
26	PPO 1426	HUNDAI	CAMINHÃO LEVE HR HDB	2015	2016	DIESEL	1085724155	95PZBN7KPGB071768	7
27	PPL 6706	FORD	RANGER SPORT 2.5 CAB. SIMP.	2015	2016	FLEX	1070368595	8AFAR20F0GJ367391	6
28	PPT-4800	TOYOTA	COROLLA XEI AUT	2017	2018	FLEX	1119462450	9BRBD3HE5J0356582	6
29	PPT-4798	TOYOTA	COROLLA XEI AUT	2017	2018	FLEX	1119461224	9BRBD3HE0J0356716	6
30	PPT-4801	TOYOTA	COROLLA XEI AUT	2017	2018	FLEX	1194622859	9BRBD3HE8J0356561	6
31	PPT-4799	TOYOTA	COROLLA XEI AUT	2017	2018	FLEX	1119461631	9BRBD3HE8J0356740	5
32	QRB-8938	GM	PRISMA 1.4 LT	2018	2019	FLEX	1165813464	9BGKS69VOKG120334	5
33	QRB-8949	GM	PRISMA 1.4 LT	2018	2019	FLEX	1168419198	9BGKS69VOKG112982	5
34	QRB-8950	GM	PRISMA 1.4 LT	2018	2019	FLEX	1168434529	9BGKS69VOKG123431	5

35	QRB-8916	FORD	CAMINHÃO 816	2018	2019	DIESEL	1165567650	9BFVEADS6KBS45892	5
36	QRJ2F84	GM	PRISMA 1.4 LT	2019	2019	FLEX	1200085709	9BGKS69VOKG330059	5
37	QRJ2G26	GM	PRISMA 1.4 LT	2019	2019	FLEX	1198967274	9BGKS69VOKG329806	5
38	QRJ2C13	GM	PRISMA 1.4 LT	2019	2019	FLEX	1200085415	9BBKS69VOKG338260	5
39	QRJ2F99	GM	PRISMA 1.4 LT	2019	2019	FLEX	1200086080	9BGKS69VOKG336713	5
40	QRM2G14	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217751820	9BFZH54S6L8452622	5
41	QRM2F43	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217748714	9BFZH54S6L8452619	5
42	QRM2G12	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217750603	9BFZH54S7L8475178	5
43	QRM2G10	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217749214	9BFZH54S2L8452620	5
44	QRM2E82	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217747319	9BFZH54S0L8479038	5
45	QRM2J46	FORD	FORD KA SE 1.5	2019	2020	FLEX	1217746576	9BFZH54S9L8476137	5
46	QRI7G09	FORD	CAMINHÃO 816	2019	2019	DIESEL	1197232300	9BFVEADS7KBS49675	5
47	RQP5J38	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2021	2022	FLEX	1284648793	9BRBY3BE6N4031032	5
48	RQP5J40	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2021	2022	FLEX	1284649307	9BRBY3BE6N4031001	5
49	RQP5I66	FIAT	DUCATO 16 LUGARES	2021	2021	DIESEL	1284614120	3C6EFVFK6ME531721	5
50	SFT0B48	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01333066853	9BRB33BE1P2134730	3
51	SFS9G83	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01332537623	9BRB33BE8P2134322	3
52	SFS8H69	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01332531234	9BRB33BE6P2134495	3
53	SFT1C60	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01333441603	9BRB33BE5P2126999	3

54	SFT1D07	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01333455787	9BRB33BE0P2134458	3
55	SFV8E58	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337931613	9BGEB69H0PG303392	3
56	SFV8E49	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337930242	9BGEB69H0PG284576	3
57	SFV8E61	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337931885	9BGEB69H0PG308835	3
58	SFV8E60	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337931737	9BGEB69H0PG303393	3
59	SFV8E67	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337933071	9BGEB69H0PG304223	3
60	SFV8E52	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337930684	9BGEB69H0PG298559	3
61	SFV8E57	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337931532	9BGEB69H0PG303390	3
62	SFV8E63	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337932016	9BGEB69HOPG303394	3
63	SFV8E64	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337932121	9BGEB69HOPG303395	3
64	SFV8E65	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337932229	9BGEB69HOPG304212	3
65	SFV6J97	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337931222	9BGEB69H0PG30384	3
66	SFV8E48	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337929627	9BGEB69H0PG274788	3
67	SFV8E56	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01337931133	9BGEB69H0PG303353	2
68	SFV9E24	TOYOTA	HILUX SW4	2023	2023	FLEX	01338294285	8AJBA3FS9P0335184	2
69	SFV9E30	TOYOTA	HILUX SW4	2023	2023	FLEX	01338299023	8AJBA3FS2P0334457	2
70	SFV9E31	TOYOTA	HILUX SW4	2023	2023	FLEX	01338299716	8AJBA3FS6P0333943	2
71	SFZ3J47	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01356045755	9BGEB69H0RG161615	2
72	SFZ3I90	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01356002789	9BGEB69H0RG161566	2



73	SGB0I91	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365414679	9BGEB69H0RG115883	2
74	SGB0I89	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365411050	9BGEB69H0RG112605	2
75	SGB0I87	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365410932	9BGEB69H0RG112599	2
76	SGB0I86	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365410878	9BGEB69H0RG108592	2
77	SGB0I85	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365410983	9BGEB69H0RG103711	2
78	SGB0I84	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365413850	9BGEB69H0RG112582	2
79	SGB0I82	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365413672	9BGEB69H0RG108598	2
80	SGB0I81	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365541079	9BGEB69H0RG124172	2
81	SGB0I80	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365411106	9BGEB69H0RG131039	2
82	SGB0I79	GM	ÔNIX PLUS LT 1.0 TURBO	2023	2023	FLEX	01365413060	9BGEB69H0RG108596	2
83	SGC7B21	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01372114693	9BRB33BE4R2178210	2
84	SGC7B22	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01372114723	9BRB33BEXR2178342	2
85	SGC7B23	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01372114766	9BRB33BE8R2178274	2
86	SGC7C27	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2023	2023	FLEX	01372114812	9BRB33BEXR2178275	2
87	SGM4D19	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	01425188688	9BRB33BE4R2213828	1
88	SGM4D25	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	01425188157	9BRB33BE0R2213857	1
89	SGM4D30	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	01425189226	9BRB33BE9R2213839	1
90	SGM5I51	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	01425805822	9BRB33BE0R2215768	1
91	SGM5I53	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	01425805911	9BRB33BE8R2213833	1

92	SGM5I54	TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2024	2025	FLEX	01425806012	9BRB33BEXR2213848	1
93		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX			
94		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX			
95		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX			
96		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX			
97		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX			
98		TOYOTA	COROLLA XEI 2.0 AUT	2025	2025	FLEX			

***Nota:** Não haverá cobertura de vidros e retrovisores para a categoria “motocicleta”.*

**12. MATRIZ DE RESPONSÁVEIS:**

Responsáveis	Nome	Matrícula	ART/RRT
Elaboração da Justificativa	Valteones da Costa	722	-
Elaboração da Especificação	Valteones da Costa	722	-
Elaboração do Quantitativo	Valteones da Costa	722	-
Elaboração Termo de Referência	Valteones da Costa	722	-



Documento assinado eletronicamente por **Valteones da Costa, Assessor(a) Técnico(a)**, em 05/12/2025, às 14:04, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2264796** e o código CRC **8AEF1AFC**.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2025

### ANEXO II

### EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

#### 1 DA HABILITAÇÃO

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, conforme estabelece o Edital e estar **com prazo vigente**, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade. Os documentos enviados estarão sujeitos à consulta quanto à veracidade, a critério exclusivo da CPL/MPES.

#### 1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

1.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.1.8 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### 1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.7 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.2.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.10 Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.10.1 A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

1.2.10.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.2.10.3 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

1.2.10.4 Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

1.2.10.5 Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

1.2.10.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

1.2.10.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

### **1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

1.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

1.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II](#)) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

1.3.3 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

1.3.4 - índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

$$ILG = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC) + REALIZÁVEL\ A\ LONGO\ PRAZO\ (RLP)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$$

$$ISG = \frac{ATIVO\ TOTAL\ (AT)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC) + PASSIVO\ NÃO\ CIRCULANTE\ (PNC)}$$

$$ILC = \frac{ATIVO\ CIRCULANTE\ (AC)}{PASSIVO\ CIRCULANTE\ (PC)}$$

1.3.5 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

1.3.6 - Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

1.3.7 - Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

1.3.8 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

1.3.9 - As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

1.3.10 - O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### 1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

14.1. A empresa licitante deverá apresentar juntamente com a proposta comercial os documentos exigidos no item 8.4 do Termo de Referência, Anexo I do Edital.

#### PREGÃO ELETRÔNICO N° 90000/2025 ANEXO III MODELO DE PROPOSTA

Formulamos Proposta Comercial, de acordo com todas as condições da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90000/2025	
DADOS DA EMPRESA	DADOS REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO
Razão Social: Informar se é MP ou EPP	Nome:
CNPJ/MF:	CPF:
Endereço Completo:	C.I.: UF:
CEP:	Profissão:
Tel.:	Tel.:
E-mail:	E-mail:

Banco:	Agência:	Conta:	
--------	----------	--------	--

**OBS. APRESENTAR TABELA SEMELHANTE COM AS INFORMAÇÕES E VALORES DO ITEM 6.8 DO EDITAL.**

1 - Outras informações que compõem a proposta:

1.1- Descrição completa dos produtos/serviços;

1.2- Valor total da proposta;

1.3- Prazo de validade da proposta, conforme Edital;

1.4- Os preços propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, benefícios, tributos, contribuições, seguros, transporte, licenças e outros custos relacionados com o fornecimento, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos produtos.

1.5- Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas.

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura do Representante Legal/Carimbo

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90058/2025**

**ANEXO IV**

**DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DO CONTRATO**

**DADOS DO REPRESENTANTE QUE ASSINARÁ O CONTRATO**

NOME:.....

Nº C.I.:..... ÓRGÃO EMISSOR..... UF:.....

Nº CPF: ..... NACIONALIDADE:.....

PROFISSÃO:..... ESTADO CIVIL:.....

ENDEREÇO RESIDENCIAL: .....

TELEFONE:..... E-MAIL:.....

**DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA**

CNPJ:.....

RAZÃO SOCIAL COMPLETA : .....

(informar se é ME ou EPP)

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA: .....

CEP: .....

TELEFONE:..... EMAIL: .....

BANCO:..... AGÊNCIA:..... DIG/VER: ..... NÚMERO DA CONTA:.....

Vitória.....de ..... de .....

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa  
Cargo ocupado na empresa

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90058/2025**  
**ANEXO V**

**MINUTA DE CONTRATO**

**Processo n.º 19.11.0040.0038575/2024-21**  
**Pregão Eletrônico n.º /20XX**  
**ID TCES n.º**  
**Contrato MP n.º /20XX**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO E (RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA)**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.304.470/0001-74, com sede na Rua Procurador Antônio Benedicto Amâncio Pereira, 121, Santa Helena, CEP 29055-036, Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, (**Nome do PGJ**), portador da CI n.º (Nº - órgão expedidor – Estado), inscrito no CPF sob nº. xxx.xxx.xx-xx, e (**razão social da empresa**), doravante denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ sob o n.º xx.xxx.xxx/xxxx-xx, localizada à (endereço completo da CONTRATADA) neste ato representado por (Nome do Representante qualificado para assinar), portador da carteira de identidade (Nº - órgão expedidor – Estado), inscrito no CPF sob o n.º xxx.xxx.xx-xx, (qualificação e endereço do representante), ajustam o presente **CONTRATO**, nos termos das Lei Federal n.º 14.133/2021, demais normas pertinentes, e de acordo com o termo de Processo n.º xxxx.xxxx.xxxx-xx, parte integrante deste instrumento independente de transcrição, juntamente com a proposta apresentada pela CONTRATADA, ficando, porém, ressalvadas como não transcritas as condições nela estipuladas que contrariem as disposições deste CONTRATO, que se regerá pelas cláusulas seguintes.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de seguro total para a frota de veículos pertencentes ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, com assistência 24 horas e serviço de guincho, cobertura compreensiva (colisão, incêndio e roubo), cobertura a terceiros – danos materiais e danos pessoais, acidentes pessoais por passageiros, franquia normal obrigatória, conforme especificações, condições e quantitativos constantes no Anexo Único deste instrumento contratual e Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/20XX.

1.2. Este Contrato guarda conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico n.º \_\_\_\_/20XX, vinculando-se, ainda, à proposta da CONTRATADA e demais documentos do Processo n.º xxxx.xxxx.xxxx-xx, que, independentemente de transcrição, integram este instrumento.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL**

2.1. O prazo de vigência do contrato será de **12 (meses) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo - DIMPES, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que a contratada mantém as condições iniciais de habilitação.

2.3. A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.6. O contrato não poderá ser prorrogado quando a contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

### **3. CLAUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo ao Edital.

### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **5. CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO**

5.1. O valor ANUAL a ser pago à CONTRATADA, no presente contrato é de (R\$ valor anual estimado do contato).

5.2. Sendo, o valor TOTAL do contrato, correspondente ao período de XX meses/anos, de (R\$ valor total), de acordo com a proposta comercial apresentada.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **6. CLÁUSULA SEXTA – DA REVISÃO E DO REAJUSTAMENTO**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado do orçamento estimado.

6.2. O reajuste será adotado, obrigatoriamente, como forma de compensação dos efeitos das variações inflacionárias, desde que decorridos 12 (doze) meses, a contar da data do orçamento estimado de acordo com o §3º, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

6.3. O reajuste do preço levará em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

6.4. Compete à CONTRATADA a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso de cada reajuste a ser aprovado pelo CONTRATANTE, juntando-se a respectiva discriminação dos serviços e memorial de cálculo do reajuste, e demais documentos comprobatórios do reajuste pleiteado.

6.5. O reajuste será efetuado por meio de simples apostilamento, nos termos do artigo 136 da Lei Federal n.º 14.133/2021, dispensada a análise prévia pela Assessoria Administrativa.

6.6. A criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta definitiva e desde que acarretem comprovada repercussão no equilíbrio econômico-financeiro deste contrato, implicarão a revisão de preços para mais ou para menos, adotando-se como índice de correção a alíquota prevista na lei respectiva.

6.7. Em caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão adotados os critérios de revisão ou reajustamento, conforme o caso, como forma de restabelecer as condições originalmente pactuadas.

6.8. A revisão poderá ocorrer a qualquer tempo da vigência contratual, desde que a parte interessada comprove a ocorrência de fato imprevisível, superveniente à formalização da proposta, que importe, diretamente, em majoração ou minoração de seus encargos.



6.9. Em caso de revisão, a alteração do preço ajustado, além de obedecer aos requisitos referidos no item anterior, deverá ocorrer de forma proporcional à modificação dos encargos, comprovada minuciosamente por meio de memória de cálculo a ser apresentada pela parte interessada.

6.10. Dentre os fatos ensejadores da revisão, não se incluem aqueles eventos dotados de previsibilidade, cujo caráter possibilite à parte interessada a sua aferição ao tempo da formulação/aceitação da proposta, bem como aqueles decorrentes exclusivamente da variação inflacionária, uma vez que inseridos, estes últimos, na hipótese de reajustamento.

6.11. Não será concedida a revisão quando:

6.11.1. Ausente a elevação de encargos alegada pela parte interessada;

6.11.2. O evento imputado como causa de desequilíbrio houver ocorrido antes da formulação da proposta definitiva ou após a finalização da vigência do contrato;

6.11.3. Ausente o nexo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos atribuídos à parte interessada;

6.11.4. A parte interessada houver incorrido em culpa pela majoração de seus próprios encargos, incluindo-se, nesse âmbito, a previsibilidade da ocorrência do evento;

6.11.5. Houver alteração do regime jurídico-tributário da CONTRATADA, ressalvada a hipótese de superveniente determinação legal.

6.12. A revisão será efetuada por meio de aditamento contratual, precedida de análise pela Assessoria Administrativa.

6.13. O contratante decidirá sobre o pedido restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro em até 90 (noventa) dias, contado da data do fornecimento, pela contratada, da documentação comprobatória da variação dos custos. (art. 92, XI)

6.14. As revisões e o reajuste que a contratada fizer jus mas que não forem requeridas formalmente durante a vigência deste contrato serão consideradas renunciadas com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

7.1. O prazo para pagamento à contratada e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, do Edital.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

8.1. Os recursos necessários ao pagamento das despesas inerentes a este Contrato correrão no seguinte enquadramento orçamentário:

Unidade Orçamentária: 05101 – Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES.

Atividade: 03.122.0048.2020 – Administração da Unidade.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.69 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Seguros em Geral.

Plano Orçamentário: 001702 – Apoio Administrativo

## **9. CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **9.1. Compete à CONTRATADA:**

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Anexo I do Edital, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.1.2. Executar/entregar o objeto do contrato conforme especificações, prazos e condições, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

9.1.3. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, conforme dispõe o inciso XVI, do artigo 92, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações;

9.1.4. Não disponibilizar empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

9.1.5. Indicar, no início da execução contratual, preposto, aceito pela administração, no local da obra ou serviço, para representá-la na execução do contrato nos termos do artigo 118 da Lei 14.133/2021 e suas alterações;

a) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.1.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo gestor/fiscal do contrato ou autoridade superior;

9.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.8. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas;

9.1.9. Observar as demais disposições presentes no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

## **9.2. Compete ao CONTRATANTE:**

9.2.1. Receber e atestar o material ou serviço efetivamente fornecido, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e cláusulas deste contrato;

9.2.2. Recusar o material ou serviço que for entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada;

9.2.3. Notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.2.4. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.5. Efetuar o pagamento à contratada do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

9.2.6. Aplicar à contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.2.7. Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do Contrato;

9.2.8. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

9.2.9. Designar comissão na hipótese da alínea a, inciso II do art. 140 da Lei 14.133/2021, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos produtos/serviços adquiridos;

9.2.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela contratada.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da contratada eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever da contratada orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. A contratada deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a contratada atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. A contratada deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

11.1. As especificações, prazos, quantitativos e condições de execução do objeto pela CONTRATADA são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

### **11.2. NÍVEIS DE SERVIÇOS**

11.2.1. Para cumprimento do acordo de nível de serviço, a CONTRATADA deverá observar o estabelecido no Termo de Referência, do Edital.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), a contratada que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**i) Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**ii) Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

**iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### **iv) Multa:**

(1) Multa moratória na forma e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;

(2) Multa moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato ou, no caso de prestação de serviço contínuo, do valor anual do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, o qual poderá ser glosado de pagamentos devidos.

a. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o [inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021](#), ou ainda, aplicar o bloqueio dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato, a título de garantia.

b. A CONTRATADA, a qualquer tempo, poderá substituir o bloqueio efetuado com base nesta cláusula por quaisquer das modalidades de garantia previstas em lei, sem prejuízo da manutenção da multa aplicada.

(3) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica da contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA SUPERVENIENTE IRREGULARIDADE FISCAL OU TRABALHISTA**

13.1. Constatado que a CONTRATADA não se encontra em situação de regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será notificada para no prazo de 10 (dez) dias úteis regularizar tal situação ou, no mesmo prazo, apresentar defesa, observando-se o procedimento de aplicação de sanções.

13.2. Transcorrido esse prazo, ainda que não comprovada a regularidade e que não seja aceita a defesa apresentada, o pagamento será efetuado, sem prejuízo da tramitação do procedimento de aplicação de sanções.

13.3. Em não sendo aceitas as justificativas apresentadas pela CONTRATADA, poderá ser imposta multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo contratual não executado.

13.4. Depois de transcorridos 30 (trinta) dias úteis da notificação da multa, se a empresa não regularizar a pendência fiscal ou trabalhista, deverá a Administração decidir sobre iniciar ou não procedimento de rescisão do contrato, podendo deixar de fazê-lo se reputar que a extinção antecipada do contrato ocasionará expressivos prejuízos ao interesse público.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato poderá ainda ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

15.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total, ou no caso de prestação de serviços contínuos do valor anual do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contados do início da vigência do contrato.

15.1.1. Na hipótese de se optar pela modalidade prevista no inciso II do § 1º, do art. 96 da Lei 14133, o contratado terá o prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia.

15.2. A garantia poderá ser prestada nas seguintes modalidades:

15.2.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

15.2.2. Seguro-garantia;

15.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

15.2.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

15.3. Sem prejuízo das demais hipóteses previstas no contrato e na regulamentação vigente, a garantia poderá ser utilizada para o pagamento de:

15.3.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

15.3.2. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

15.4. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 15.3, observada a legislação que rege a matéria.

15.5. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, preferencialmente em conta específica no Banco do Estado do Espírito Santo - Banestes ou em outro banco estabelecido no município de Vitória-ES, com correção monetária.

15.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

15.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

15.8. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 30 (trinta) dias após o término da vigência contratual.

15.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros da contratação, evitando-se a interrupção da continuidade da cobertura pela garantia.

15.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.11. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.11.1. O emitente da garantia ofertada pela contratada deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

15.11.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022 e suas alterações posteriores.

15.12. Será considerada extinta e liberada a garantia:

15.12.1. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que a contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.12.2. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

15.12.3. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

15.12.4. A contratada autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

## **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

16.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

17.1. A execução do Contrato será acompanhada por Gestor, e havendo necessidade por um ou mais fiscais, nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, que serão responsáveis por esse acompanhamento, nos termos do artigo 117, da Lei n.º 14.133/2021, e deverão atestar a entrega dos produtos ou serviços contratados.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS RESPONSABILIDADES**

18.1. A CONTRATADA assume, integralmente, qualquer responsabilidade de natureza civil, criminal, trabalhista, etc., decorrente da execução do objeto deste contrato.

## **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS RECURSOS**

19.1. Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos dos artigos 165 a 168, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

## **20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO**

20.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

## **21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. À CONTRATADA é vedado prestar informações a terceiros sobre a natureza ou andamento dos trabalhos objeto deste contrato, divulgá-los através da imprensa escrita e falada ou por meio de qualquer divulgação pública, salvo por autorização expressa do CONTRATANTE.

21.2. Fazem parte integrante e inseparável deste contrato e obrigam a CONTRATADA, em todos os seus termos, a proposta apresentada, aplicando-se as normas da Lei n.º 14.133, de 01 de abril de 2021 e suas alterações.

21.3. O CONTRATANTE poderá exigir e a CONTRATADA se compromete a fornecer a qualquer tempo, as composições de custos dos preços unitários propostos onde fiquem evidenciados os seus componentes, tais como: incidência de mão-de-obra, incidência e composição dos encargos sociais e previdenciários, incidência dos custos materiais, etc.

21.4. As relações entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

21.5. Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das Partes quanto à infração pela outra Parte de cláusulas ou condições previstas neste Contrato, Termos Aditivos e Solicitações.

21.6. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente.**



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo da Silva Kruger, Pregoeiro(a)**, em 09/12/2025, às 15:52, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **2268242** e o código CRC **5DA43A9F**.

---